

FLORESTA

Pronta para explodir

Uma cena inédita (madeireiros sitiando servidores federais) mostrou, na semana passada, que o antagonismo em torno da exploração da floresta amazônica pode assumir um radicalismo sem paralelo. Antes que a tensão se torne sangrenta, um personagem precisa aparecer com mais ênfase no enredo: o governo.

Aceso o rastilho, o barril de pólvora vai explodir no Pará? Se o fogo não for cortado, é claro que sim. O Pará se tornou, neste final de 2003, o Estado mais violento da federação brasileira. Não por uma violência genérica, como a que assola quase todas as cidades brasileiras, mas em uma de suas formas

**BELO MONTE
MUDOU
DE NOVO
(Pág. 5)**

específicas: a disputa pela terra e o seu recurso natural no momento mais valioso, a madeira nobre.

Na semana passada testemunhava-se uma manifestação inédita nessa avalanche de violência: de 300 a 400 pessoas encurralaram durante 19 horas funcionários federais num hotel de Medicilândia, na Transamazônica, mantendo-os sob regime de confinamento

forçado. Alguns desses funcionários eram técnicos ou burocratas, mas entre eles havia agentes da Polícia Federal bem armados. O que deviam fazer? Abrir caminho à bala? Tentar prender os líderes do cerco, todos madeireiros ou seus instrumentos?

Prevaleceu o bom senso e os policiais recuaram. Se tivessem entrado na espiral da barbárie, teria havido morticínio e dele não resultaria nenhuma solução, muito pelo contrário. Mas da sensatez não houve a lição devida: os madeireiros continuaram avançando na ofensiva para impedir que o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) prossiga na missão de fiscalizar os planos de manejo florestal da região. Dos 9 projetos constantes da pauta do grupo cercado em Medicilândia, apenas três já haviam sido fiscalizados. Todos em situação flagrantemente irregular. Teriam que ser cancelados.

Estava caracterizado – cristalina-mente, sem a possibilidade de simulação ou manipulação – o que todos estão cansados de saber: pelo menos 90% da madeira que sai da floresta paraense é ilegal. Como explicar de outra maneira que milhares de metros cúbicos se amontoem no porto de Belém para serem embarcados, num movimento jamais visto, quando a aprovação de novos planos de manejo está suspensa há muitos meses, os em andamento têm sido autorizados em conta-gotas, não estão sendo expedidas as autorizações de transporte de produtos florestais (ATPFs), terras onde pode haver exploração florestal não são vendidas ou concedidas e há a disposição do governo de regulamentar uma atividade que vem sendo praticada anarquicamente há décadas?

Se a boca do funil foi tampada, é inevitável que suas paredes estejam sofrendo uma pressão formidável. Têm condições de resistir e voltar a drenar regularmente a demanda?

A atividade madeireira é a segunda mais importante no Estado, depois da mineração e suas derivações, tanto pelo valor do faturamento, expressão no comércio exterior, volume de emprego e peso na vida rural. Cresceu na ilegal-



idade, ora pela vontade dos seus atores como pela omissão do poder público, havendo, entre esses extremos principais, uma miríade de situações intermediárias, talvez secundárias, mas de qualquer modo nada desprezíveis. Resulta desse relaxamento ou descaso oficial que duas atividades extrativas, uma de origem mineral e outra vegetal, são responsáveis pela maior fração da renda que circula internamente, uma fração da renda que proporciona além-fronteiras porque seu efeito se faz sentir mais fora do que dentro da economia estadual, é concentrador e provoca distorções.

Tome-se como exemplo uma das medidas adotadas (como resultante indescartável ou como represália explícita) pelos madeireiros à *blitz* legalista comandada pelo Ibama, à sombra do Ministério do Meio Ambiente e sob a guarda da Polícia Federal, no caleidoscópio de intenções (e fogo-fátuo de realizações) de 11 meses do governo Lula: demitiram de um golpe 10 mil pessoas. Representariam 2% do inflado mercado de mão-de-obra do setor florestal na região. Tocando até a ponta da linha, o corte prejudica pelo menos 50 mil pessoas num universo onde emprego não dá em árvore, embora dela resulte. Não se pode minimizar o impacto dessa iniciativa.

Dentre as pessoas que os cabeças do cerco de Medicilândia podem mobilizar aguerridamente estão estes chefes de família, que não terão o que levar para casa se perderem seus precários empregos. Entre eles há operários pessimamente remunerados e extratores de árvores que trabalham para se escravizar, como os seringueiros observados no início do século XX por Euclides da Cunha nos altos rios da Amazônia. Mas o que se pode lhes oferecer em substituição a essas más colocações, ainda assim a razão de sua farinha pouca?

Semanas atrás certa imprensa ambientalista criticou nativos que vendiam aranhas para um biopirata alemão, que as contrabandearia para o seu país. Faz parte da missão do governo combater essa pirataria, impedindo que se consume e punindo os criminosos. Mas é preciso oferecer opções válidas para um cidadão que se vê diante de uma proposta irrecusável

O erro da opção militante do Greenpeace funciona na contra-mão da sua alegada boa intenção (e boa-fé)

quando aparece outro cidadão oferecendo 10 reais por cada uma das aranhas do lugar, até então apenas motivo de cuidados e atenções. Deve-se continuar a pensar grande em Brasília porque sem esse pensamento não há nação, mas é preciso saber o que acontece no teatro de operações, como costumam dizer os militares. Ou Brasília continuará a ser nossa Versailles de concreto.

Simplemente explodir o balão não significará acabar com o mundo clandestino da madeira, que é praticamente sinônimo de atividade florestal na Amazônia. É vital continuar a desnudar essa cornucópia de ilicitudes e agressões ambientais e humanas, combatendo-a e substituindo-a por uma forma de exploração racional, atenda ela pelo nome de desenvolvimento sustentável ou qualquer outro que se lhe dê, mas não o atual, que extravasou todos os limites ao juntar atividade produtiva a crime organizado.

Esforços de diagnose, denúncia e superação, como o relatório recentemente apresentado pelo Greenpeace, são importante contribuição para que a selvageria seja estancada. Mas o governo continua a praticar o erro crasso da parceria com o crítico. O distanciamento é saudável para ambos e, mais que tudo, para a sociedade.

Em 2001 o Greenpeace, com sua cenografia e seu ritual combatente de Brigada Verde, desceu na mata com o Ibama e a PF para flagrar criminosos ambientais e apreender o produto da ilegalidade. Do seu samaritanismo ecológico restaram dúvidas e suspeições, algumas improcedentes, outras nem tanto. Na investida atual repetem-se esses vícios, que oferecem munição aos que se valem do efeito de apresentar as ONGs como pontas de lança de interesses internacionais inconfessáveis ou francamente espúrios, tirando partido de mal informados brios nacionalistas, ou de um patriotismo de catecismo, dogmático e obtuso. Mas enraizado na população das distantes, isoladas e abandonadas comunidades amazônicas.

O erro da opção militante do Greenpeace funciona na contra-mão da sua ale-

gada boa intenção (e boa-fé). Está correta a instituição ao não querer se restringir à função de pesquisa e investigação. Ela não é uma mera entidade acadêmica, como outras ONGs se contentam em ser. Deve perseguir os efeitos práticos de seu proselitismo. Mas não deve ser o governo, muito menos substituí-lo. Pode e deve fiscalizá-lo e cobrar resultados, mas quando cada um respeita seu campo específico ajuda a preservar independência e delimitar identidade.

À frente das equipes do Ibama e da Polícia Federal, o Greenpeace serve de espantalho e de Judas, além de se conferir um poder que não lhe cai bem no molde de Organização Não-Governamental. Serve de alimento ao pasto geopolítico de que a preservação da floresta interessa apenas a outros países, sejam seus governos ou suas corporações econômicas privadas; que manter a floresta intacta freia o destino manifesto de desenvolvimento do Brasil a se realizar em suas fronteiras; que desenvolvimento sustentável é conversa de biopiratas e assemelhados; ou instrumento para a balcanização da Amazônia, cabeça de praia de uma invasão estrangeira.

Todos esses estereótipos não resistem a um questionamento mais articulado. Ainda assim, nem todo discurso ambientalista é cristalino como a água da fonte, nem todos são apenas defensores de causas nobres. Em qualquer situação, contudo, a prova dos nove é a da informação, do conhecimento, do saber. A iluminação das dependências soturnas da economia madeireira é uma tarefa profilática, positiva. É preciso trazê-la para o mundo do direito, da legalidade, da racionalidade e da contemporaneidade, saneando-a de seus vícios.

Precariamente, essa tarefa vem sendo cumprida. Precariamente porque a estrutura que favorecia a irregularidade perdura: muitos fiscais são os mesmos até pouco tempo acusados de corruptos, a ineficiência burocrática não foi suprimida, a eficiência técnica está longe de um padrão aceitável. A cobra tenta mudar de casca sem parar de se mover. Mas, de qualquer modo, se move.

Se o governo simplesmente quisesse acabar com a exploração madeireira, seria necessário aprimorar a repressão e fortalecer a engrenagem policial para tentar aplacar o estouro da manada, que inevitavelmente aconteceria. A reação do setor madeireiro já é preocupante mesmo agora, quando milhares de metros cúbicos ainda estão sendo embarcados todas as semanas, aproveitando os estertores do verão prolongado. Como será no próximo ano, quando a paralisia, se não for completa, será pelo menos muito mais rigorosa? Uma estru-

tura nova já estará amadurecida para substituir a estrutura velha?

Neste ano já se registraram eventos inéditos, como o assalto à agência do Ibama em Belém, de onde foram roubadas 32 mil ATPFs. Muitas dessas autorizações já começam a aparecer e ser apreendidas. Fala-se que um metro cúbico nessas guias legais chega a valer 30 dólares, conforme o valor da madeira que vai "esquentar". E o que não falta são toras de madeira estocadas em pátios ocultos na floresta, aguardando alguma forma de "desova". Milhares de toras. É pressão para mais criminalidade. Ela resistirá a uma ordem de morte burocrática, no papel?

O governo prometeu, através do plano "Amazônia sustentável", lançado em abril, substituir a cultura do desmatamento pela cultura da floresta. O compromisso, até agora, não foi muito além do slogan. Em parte porque não se sabe muito bem fazer manejo florestal a sério, que não seja para inglês ver, como tem sido na esmagadora maioria dos casos até ago-

O Estado continua sem criar o órgão executor de sua lei florestal, que permanece órfã e desassistida

ra. Em parte porque os comandantes dessa ampla frente de transformação temem errar. Incisivos no diagnóstico e categóricos no enunciado de princípios, na hora do vamos ver se encolhem. E chegou a hora do vamos ver, do saber como fazer.

Estado e União levitam sem ponto de amarração no primeiro passo para essa revolução: a definição fundiária. Depois de lágrimas e hurras, que culminaram com abraços e compromissos entre o presidente do Ibama e o governador, no encontro que tiveram em Belém, o Iterpa (Instituto de Terras do Pará) deu um passo concreto e original: criou um documento, a autorização de uso, inspirada no direito administrativo, para que o proponente do manejo florestal tenha um sítio concreto de referência ao seu projeto junto ao Ibama. Oito autorizações já foram concedidas.

O documento padece de duas imperfeições. Uma é se vincular ao momento seguinte da aprovação do projeto do manejo, a titulação do imóvel. É um erro.

A serventia do documento devia se restringir a dar embasamento territorial ao projeto, e só. A outra falha está na sua própria denominação. Embora esteja declarado no próprio documento, não chega a ser categórica a sua destinação: dar referência física a projetos elaborados em série, generalizando seus propósitos independentemente da aplicação concreta. Parece que o documento já autoriza o detentor a explorar o lote, cujo uso tem que se restringir a servir de base a um projeto, não à exploração.

Apesar desses erros, a autorização de uso é um avanço e uma correção de rumo na prática mercantilista do Estado. Consagra definitivamente o princípio de que o poder público não alienará mais bens do seu patrimônio fundiário, pondo fim à diretriz de dilapidação e esbanjamento adotada até agora (inclusive pela União). Também avança além do cipó de indefinição e insegurança da concessão real de uso, que é venda efetiva de terras, apesar das cautelas legais para que o abuso seja punido com o cancelamento do título por inadimplência contratual.

Evidentemente que só o documento hábil não é o bastante. O Estado continua sem criar o órgão executor de sua lei florestal, que permanece órfã e desassistida. A lei necessita de regulamentação e seu executor distante de uma estrutura (material e imaterial) capaz de dar conteúdo de realidade à cultura da floresta. Mas houve a primeira aproximação do rumo. O Ibama reagiu fulminando de morte a criação estadual. Mas não apresentou nenhum sucedâneo, exceto as problemáticas florestas nacionais (que, mesmo sob a forma de licitação pública, proporciona a alienação da terra).

O Ibama também pareceu esquecer que, com sua palavra final, no ato executivo, lhe cabia corrigir qualquer encaminhamento equivocado ou duvidoso por parte do Estado. Respondeu, na verdade, com mais um vácuo institucional. E quando o poder regulador e corretivo do Estado se ausenta, é o banditismo, a lei do mais forte, o darwinismo social ou qualquer outro nome que se queira dar a essa anarquia fomentadora da clandestinidade que ocupa o seu lugar.

Os sucessivos e cada vez mais impressionantes episódios de violência mostram que o espaço entre a cultura do desmatamento, que se quer acabar, e a cultura da floresta, que se pretende instaurar, é muito maior do que a distância entre o céu e a terra, que tanto impressionou aquele célebre personagem shakespeariano. Mais assustado ele ficaria se baixasse, hoje, no sangrento sertão amazônico.

A situação da imprensa debaixo dos números

De um lado a propaganda das Organizações Romulo Maiorana proclamando que 80% dos leitores de jornal lêem mesmo é *O Liberal*, índice quatro vezes superior ao do *Diário do Pará*, que deveria se preocupar com a concorrência não do carro-chefe da casa, que está no distante topo, mas do *Amazônia Jornal*. Enquanto a folha dos Barbalho tem 20% do público, a mais nova cria dos Maiorana, com três anos e meio de vida, conquistou 16%.

Já o *Diário do Pará* destaca seu crescimento de quase 700% nos últimos cinco anos, passando de 4%, em novembro de 1988, para 31%, no mês passado, enquanto *O Liberal* caiu quase 40% (de 96% para 60%) no período.

Como conciliar esses números aparentemente contraditórios, mesmo tendo a mesma origem, uma pesquisa do Ibope? O leitor desavisado deve estar se sentindo como qual em tiroteio no meio da campanha massiva que as duas principais organizações jornalísticas do Estado desencadearam nas últimas três semanas, com páginas e mais páginas exaltando seus feitos e denegrindo as loas do contendor. Além de voltar a oferecer prêmios ao leitor, indicador de que a pasmeira do domínio absoluto pode ter realmente acabado (e nada melhor do que concorrência e controvérsia para oxigenar o ambiente).

Nessa troca de tiros, porém, a verdade acaba sucumbindo. Nenhum dos jornais tem divulgado os resultados

numéricos absolutos das sondagens do Ibope. Além de só anunciarem índices percentuais, filtram desses números apenas o que os favorece. Apesar desses complicadores, é possível chegar a algumas constatações.

A primeira: o índice de leitura de jornais ainda é baixo e talvez, proporcionalmente, tenha caído nos últimos anos. Deve ter aumentado a quantidade de leitores que só lêem jornal uma vez por semana, aos domingos. É a dedução que se pode fazer de dois indicadores. O do *Diário*, segundo o qual, de segunda a sábado, tem mais da metade dos leitores de *O Liberal* (31% contra 60%). Esse é o máximo de aproximação que o jornal da família Barbalho já conseguiu, resultado que não pode ser minimizado diante do quase monopólio que *O Liberal* havia criado.

Já a estatística do concorrente assegura que, considerada a semana cheia, *O Liberal* mantém 80% dos leitores e o *Diário*, 20%. Isto significa que a folha dos Maiorana massacra o rival aos domingos, passando de 90% (chegou a alcançar 96% de leitura)? O *Diário* diz

que não, assegurando que aos domingos cresceu 154% enquanto o outro caiu 50%. Como?

Talvez a pesquisa, na íntegra, mostre que o *Amazônia Jornal* vende menos nesse dia, bem abaixo do *Diário*? E que, tudo somado, são muito poucos os paraenses que lêem mais de um jornal? E, também, que o mais novo dos diários trouxe poucos leitores novos ao mercado, tirando mais gente do irmão (apenas por parte de pai) do que do adversário, principalmente por causa do seu preço do que por qualquer outro fator, já que um dos principais inibidores do mercado é a baixa capacidade de compra do leitor?

Pode-se extrapolar outra reflexão dessa embaralhada de números: as empresas jornalísticas paraenses continuam apostando no investimento industrial, sobretudo gráfico, para melhorar sua aparência, como a forma salvadora (na adaptação da famosa peça teatral de Nelson Rodrigues: ordinária, mas bonitinha). Capricham nas miçangas e paetês, descurando o tutano informativo. Podem estar mordendo o próprio rabo.

Arquitetos: eles que se entendam

O secretário executivo de cultura do Estado, Paulo Chaves Fernandes, foi, mais uma vez, aos Estados Unidos buscar inspiração para o parque temático que o governo quer implantar na antiga plantação de borracha da Pirelli. Não pôde, assim, estar presente à abertura do seminário "Landi e o século XVIII na Amazônia", na semana passada, na qual seria um dos homenageados (e era um dos patrocinadores). Em seu lugar, Paulo mandou uma carta ao "meu colega Giuseppe Landi". Para surpresa geral, a secretária-adjunta da Secult, Maria Cristina Chaves, ao receber a comenda outorgada ao chefe, leu a carta.

Se fosse um documento acadêmico ou técnico, ela não teria tido o efeito que provocou. O prefeito Edmilson Rodrigues, presente à solenidade (mas na platéia, onde foram acomodados os convidados ilustres para prevenir conflitos de suscetibilidades entre os rivais governos tucano e petista), porém, foi mais alfinetado pela missiva do que qualquer vítima de feitiços de vodu. A administração do arquiteto municipal foi definida pelo arquiteto estadual como "um populismo urbano sem precedentes na história da cidade", que teria maltratado Landi mais do que Roma sofreu os Barberini ("pior do que os bárbaros, só os Barberini", ficou a legenda popular na Cidade Eterna).

O alcaide suportou em silêncio as descortias e incivildades do rival, façanha de altíssimo significado face a personalidade do chefe da comuna. Mas sua corte reagiu. Edmilson, além de não ir ocupar lugar na mesa, que sequer chegou a ser formada, e não ter direito a voz, ainda era, também, co-patrocinador, embora a prefeitura não aparecesse nos créditos da programação (porque, talvez, não tivesse comparecido até aquele dia com o dinheiro prometido). O protesto foi registrado.

Afora o descrédito aos outros e os auto-elogios, como de praxe, a carta de Paulo Chaves suscitou duas questões. A primeira consiste em saber qual o "novo atentado" que estaria sendo maquinado contra a obra de Landi. Modestamente, o neoLandi (conforme o seu ex-chefe, o médico Almir Gabriel, o rebatizou) garante que os seguidores do arquiteto italiano "estão alertas e, junto com os guardiões do templo, não vão permitir mais uma injúria, profanando o teu trabalho" (melhor que isso, só indo a Lucas, Mateus, Marcos ou João).

A profanação estaria ameaçando a igreja de Santana, a menina dos olhos de Landi, que era devoto da santa. Ela é também a mais deteriorada de suas criações, vítima do esquecimento a que foi relegada a obra do bolonhês até o aparecimento dos "outros intrépi-

dos seguidores dos teus sonhos", PC Chaves incluído entre eles, naturalmente. Ameaça de qual natureza: a manutenção ou a eliminação das torres da igreja?

As torres não faziam parte do projeto original. Foram acrescentadas quando Landi já havia morrido e sua obra estava plenamente acabada. Mas as torres têm século e meio de vida. Devem ou não devem ser retiradas do prédio, para que ele adquira o desenho feito por Landi?

Aí vem a segunda questão: Paulo Chaves quer a manutenção ou a derrubada das torres? Se quiser manter coerência com seu procedimento no caso do Forte do Castelo, querará eliminá-las. Se for a favor de sua exclusão, cairá em contradição – só mais uma, aliás.

Tenho minha própria idéia a respeito, já manifestada em relação a outras situações, formada pela contemplação, em vários lugares do mundo, de obras híbridas, alteradas ao longo de séculos por sucessivas gerações, conforme distintos gostos e tendências estéticas. Mas acho que esse pode ser um excelente mote para se discutir as alternativas antes que elas sejam consumadas cirurgicamente, a troca (e oposição) de idéias sepultada pelo fato consumado, como aconteceu no Forte do Castelo.

Bons debates talvez nos façam chegar a um interessante questiona-

mento sobre o legado de Landi, aprofundamento que não parece ter sido feito no recém-finalizado seminário internacional. Landi é a expressão pura do barroco tardio italiano, por acaso materializado a milhares de quilômetros da Academia Clementina de Bolonha, ou sua arte se tornou um tanto mestiça, perpassada pelas impurezas dos trópicos (como aconteceu à arquitetura jesuítica entre nós)?

Tenha Landi criado abstraindo o seu meio ou mudado seu modo de ver e conceber em função da convivência na colônia (chegou ao auge da sua atividade criadora duas décadas depois de haver chegado a Belém, já com grandes interesses comerciais na terra), pergunte-se: ele representou mesmo a "renovação da arquitetura brasileira dos setecentos", como afirma Paulo Chaves, ou é apenas uma valiosa pedra que se desgarrou de uma das muitas jóias da arquitetura italiana dessa época, brilhando cá por ser mínima sua chance de brilhar lá?

Bem respondidas, estas e outras perguntas nos levarão a admirar cada vez mais o legado de Antonio Giuseppe Landi sem conferir, porém, ao seu talento, mais genialidade do que ele foi capaz de ter. De gênios geniosos, convenhamos, já estamos cheios. É hora de mais transpiração.

Corrigida, começa a terceira versão da usina de Belo Monte



Em projeto, a hidrelétrica de Belo Monte, que o governo espera ver construída no rio Xingu, no Pará, ficou menor. Dos 11,5 mil megawatts que devia ter, poderá ficar com potência nominal entre 7,5 mil e 5,5 mil MW. Naturalmente, seu custo também encolheu: ao invés de 6,5 bilhões de dólares, seu orçamento gravitará em torno de US\$ 4 bilhões (ou pouco mais de 12 bilhões de reais). Sua viabilidade estará assegurada por um único barramento, o que já estava previsto para a grande curva pela qual o Xingu segue depois de Altamira.

Os impactos ambientais e humanos serão de proporção pequena comparativamente aos fatores atrativos e positivos da obra. Redesenhada já sob a administração Lula, ela estaria pronta para ser submetida ao debate pública e resistir à controvérsia, podendo ser iniciada em 13 meses, a partir do momento em que a pendência que sustou seu andamento na justiça for resolvida.

Ao menos esse foi o perfil que a Eletronorte deixou no plenário da Assembléia Legislativa do Pará, na semana passada, durante sessão especial de quatro horas destinada a examinar a maior obra pública da atual agenda energética brasileira. Na sua exposição, o presidente da empresa, Silas Randeau, manejou dados novos, que demarcariam o início do terceiro momento da história de Belo Monte. Ela foi iniciada em 1975. Enquanto a Construtora Camargo Corrêa instalava seu canteiro para começar a construir Tucuruí, no rio Tocantins, a Eletronorte patrocinava os primeiros levantamentos na bacia do Xingu, mais a oeste, só um pouco menor.

Essa primeira etapa chegou melancolicamente ao fim em 1989, quando, no auge de uma medição de forças entre os grupos a favor e contra a usina, em Altamira, a índia Tuíra ameaçou com um facão o coordenador (e futuro presidente, agora ex) da Eletronor-

te, Muniz Lopes. Muniz tentou manter-se firme diante da lâmina colocada a centímetros de seu rosto, mas seus olhos expressavam não escondiam o susto. Tuíra no local, Paulinho Payakan e Kube-í em Washington, ao lado do etnoantropólogo (já falecido) Darrel Posey, deram o *coup-de-grâce* no projeto.

A reação dos índios arrematava, com seu simbolismo forte, constatação mais prosaica: era inaceitável o projeto de um complexo aproveitamento hidrelétrico, com cinco usinas, que iria inundar quase 22 mil quilômetros quadrados, área equivalente à do Estado de Sergipe. Só as duas barragens da Volta Grande, à altura de Altamira, provocariam o afogamento de 14,5 mil quilômetros quadrados, quase cinco vezes a área do reservatório da usina de Tucuruí.

A reanimação do corpo moribundo da hidrelétrica ocorreu em grande estilo, Muniz Lopes já no comando total do *apparatchick*, com um novo projeto. Nele, a área inundada foi reduzida sucessivamente, primeiro para 1.200 km² e, em seguida, para 440 km², o tamanho definitivo, qualquer que venha a ser a motorização da barragem, porque a usina irá operar praticamente a fio d'água, sem reservatório.

Essa transformação miraculosa devia-se a dois fatores. O primeiro, a eliminação (ao menos no projeto) da barragem reguladora de Babaquara, a montante de Kararaó (designação mudada para Belo Monte porque os índios se consideraram lingüisticamente ofendidos), que submergiria mais de 6 mil km². O segundo fator derivava da adução direta de água à casa de força, através de dois canais, que resultariam da retificação e concretagem de dois igarapés naturais. Essa ligação, estabelecida entre um ponto anterior ao início da curva do rio e um ponto após a curva, com desnível natural de 90 metros, teria a vantagem adicional de permitir ao construtor traba-

lhar a seco no corpo da barragem e da casa de máquinas, sem qualquer obra de desvio do rio, economizando dinheiro e tempo.

Era a hidrelétrica dos sonhos de qualquer barragista, a "jóia da coroa" energética, como agora também acredita a ministra de minas e energia petista, Dilma Rousseff, antes cética a respeito. Mas se acabara o monstro impaciente, este jornal apontou dois aspectos fatais do projeto. Além de conquistar o suspeito título de a maior hidrelétrica a fio d'água já construída pelo homem, Belo Monte poderia ficar – inteira ou parcialmente – paralisada durante metade do ano. A vazão do Xingu, que no inverno pode bater em 30 milhões de litros de água por segundo, no verão ficaria aquém da demanda das enormes máquinas da usina, com até 600 metros cúbicos por segundo. No pique da estiagem, todos os 20 geradores teriam que ficar parados por falta de água. Por isso, a energia firme da usina ficaria abaixo do nível de viabilidade, que é de 50%.

Outro flanco da obra era sua extensa linha de transmissão, na mais alta voltagem possível, de aproximadamente três mil quilômetros. Uma linha de uso sazonal em grande parte da sua extensão, mas que custaria 2,8 bilhões de dólares (quase 9 bilhões de reais), enquanto toda a geração ficaria por US\$ 3,7 bilhões.

O terceiro momento da trajetória de Belo Monte é uma resposta a essas críticas, embora os pais da criatura não se disponham a admitir tal fato. A nova criatura ainda não está concluída, mas seus traços básicos, apresentados na semana passada, são muito mais agradáveis. Contudo, inclusive por falta de informações mais ricas, que a Eletronorte prometeu entregar, há inconsistências no desenho.

Definitivamente, Belo Monte não terá mais a potência que a aproximaria bastante das duas maiores hidrelétricas do continente, Itaipu e Guri (no rio Orenoco, na Vene-

zuela), no quarto lugar entre as gigantes mundiais, a serem encabeçadas por Três Gargantas, na China, ainda em construção. Essa decisão já teria sido tomada pelo atual governo. Os projetistas transitam com desenvoltura entre três números alternativos: 7,5 mil, 5,9 mil e 5,5 mil MW. Mas a quantidade de máquinas permanece a mesma: 20, cada uma com o dobro da potência de cada máquina de Tucuruí.

Mero descuido? Talvez. Mas como compatibilizar essas três variações de potência com o "tamanho ótimo" que a Eletronorte havia definido para Belo Monte, depois de longos e meticolosos estudos? Esse tamanho ótimo, produto do cruzamento de diversas variáveis, era de 11,5 mil MW. Reduzido em 40% ou à metade, como fica o nivelamento da viabilidade da usina?

A ministra disse que o custo de geração de cada MW pode ser de 12 dólares. O presidente da Eletronorte citou outro número: US\$ 20 (para potência instalada de US\$ 300 o MW, verdadeiramente uma pechincha, a ser devidamente checada na linha de chegada).

A variação, só aí, é de 70%. Se US\$ 20/MW é o número, isso significa um custo de geração considerável. O governo federal acaba de conseguir reduzir de 67 para 62 reais cada MW que precisa pagar à americana El Paso pelo fornecimento de energia em Manaus, que, nesse caso, é térmica à base de petróleo (o subsídio ao fornecimento de energia à capital amazonense consome R\$ 1,5 bilhão ao ano).

Embora o presidente da Eletronorte tenha informado que um grupo de estudo,

formado pelas instituições mais conceituadas no setor no Brasil, analisou e aprovou os estudos sobre Belo Monte (documento que ficou de ceder), a viabilidade econômica ainda é um item sujeito a elucidação, principalmente por se manterem variáveis pré-definidas, a despeito das mudanças nos elementos de cálculo, como a potência. A energia firme, por exemplo, que era de 4,7 mil MW para uma capacidade nominal de geração de 11,5 mil, deve ter sido melhorada com o encolhimento de Belo Monte. Mas ficará em quanto?

Outra mudança importante para a viabilização da usina é a mudança no projeto de transmissão da energia. A linha foi reduzida a quase um quarto da extensão do projeto original, sob a responsabilidade de quem ganhar a licitação para a concessão da hidrelétrica do Xingu e do seu sistema associado de transmissão. Haverá duas diretrizes, quase do mesmo tamanho (pouco acima de 400 quilômetros), para Marabá e Colinas. Nesse ponto de entrega deverá assumir a energia quem for distribuí-la para o Sistema Integrado Nacional. O valor da nova linha não foi apresentado, mas deve ter sido uma economia significativa, para melhorar a apresentação orçamentária de Belo Monte.

Na nova modelagem do projeto também deve influir o retoque de uma implantação parcial e não total. Primeiramente seriam entregues 10 máquinas e, só em seguida, as 10 restantes. Outro elemento de peso é a organização empresarial do negócio, num consórcio cujo delineamento foi apresentado na edição passada deste jornal (o Consórcio Bra-

sil, liderado pelas conhecidas empreiteiras do setor, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa, mais grandes fabricantes internacionais de máquinas e equipamentos elétricos, além das estatais Eletronorte, Furnas e Chesf).

Há, portanto, ainda muitas pendências a consolidar e esclarecer. Mas o presidente da Eletronorte foi enfático na sua exposição: Belo Monte é viável sozinha, sem qualquer outro aproveitamento hidrelétrico a montante do Xingu. Mesmo assim, ele garantiu que, quando o licenciamento da obra puder ser retomado, com o fim da litigância judicial com o Ministério Público Federal, o EIA-Rima abrangerá toda a bacia do Xingu (que drena 6% do território brasileiro) e não apenas no local do barramento, na Volta Grande.

Comprometeu-se ainda a debater abertamente com todos, o tempo que for necessário, embora o cronograma dos procedimentos preliminares ao início da construção efetiva se limite a 13 meses, tempo considerado curto demais para a realização de todos os estudos ambientais e antropológicos necessários para reduzir ao mínimo possível os efeitos negativos da obra. Está implícito que os estudos da Fadesp, considerados até agora ilegais pela justiça, serão aproveitados. Já os 4 milhões de reais gastos serão lançados entre os créditos insolventes na conta da viúva, a perder de vista.

Espera-se, porém, que nessa terceira fase da conturbada história de Belo Monte a verdade, finalmente, esteja à disposição de quem se interesse por ela. Ou então logo virá o quarto momento, não mais como epopéia, mas como farsa.

O czar dançou

Delfim Netto foi um dos homens mais poderosos da República brasileira. Não surpreende que seja, também, uma das personalidades públicas mais visadas pelos caricaturistas da imprensa (ademais de seu tipo físico, uma caricatura *avant la lettre*). Olímpico, o atual deputado costuma comprovar seu espírito democrático (apesar dos 18 anos de serviços prestados à ditadura militar) mostrando as paredes do seu escritório paulistano, tomadas pelas caricaturas que nele se inspiraram, algumas delas ácidas e críticas.

Mas lá não está o desenho com a qual Cássio Loredano ilustrou memorável matéria do semanário *Opinião*, em 1972, denunciando a façanha (negativa, *of course*) do endividamento externo brasileiro, obra arrematada por Delfim, quando bateu na primeira dezena de bilhões de dólares. Enxames de miseráveis drapejavam as vestes do ministro, num quadro que Hieronimus Bosch assinaria com gosto. Ali não havia a comisseração altruística que reentronizou Delfim na ante-sala do poder político (a dos

companheiros petistas) e conferiu-lhe uma aura de santidade.

Dificilmente o ex-ministro dará à moldura a foto de Ana Paula Paiva, publicada na capa da edição 325, de 19 de novembro, de *Istoé Dinheiro*. Com maestria e sensibilidade, a fotografia desfez, com sua composição plástica, a intenção do texto, de responder às "grossas pancadarias" desferidas "nos últimos dias" contra o ex-czar da economia, acusado de "manipular os índices inflacionários de 1973, flagrado com sua vida financeira investigada por antigos parceiros de governo e alçado ao comando de um esquema para favorecer seus próprios interesses na indústria da carne".

A revista franqueou ao deputado oito páginas para sua defesa. Mas seria o caso de concluir que, quanto mais esclarece, mais Delfim fornece munição para acusá-lo. Como ele próprio escancarou o debate sobre esses temas incômodos, é de se desejar que outros personagens se apresentem para dar seus testemunhos e exibir seus argumentos.

A manipulação do índice inflacionário de 1973 está suficientemente documentada nas páginas de *O Estado de S. Paulo* do início do ano seguinte. Não foi possível provar que a ordem do rebaixamento artificial dos preços partiu do ministro da Fazenda, mas restou inquestionável que eles sofreram manipulação para se ajustar à previsão oficial e ao esquema de criação e manutenção do "milagre", ainda que à custa da realidade. Sem a prova do crime, cabia a célebre pergunta elucidativa: a quem o crime servia?

Orgulho-me de haver contribuído para essa elucidação. Mesmo com a censura instalada na redação do *Estadão*, cortando tudo que pudesse contrariar a propaganda e os desígnios do regime, as matérias saíram, contra nossas expectativas. Por quê? Provavelmente porque, mesmo sendo poderoso, Delfim não era uma unanimidade. Nem no governo nem entre os que lhe davam tapinhas nas costas. Tímido por todos, era amado por uns poucos. E, por outros, odiado. Ora por interesses não acolhi-

dos, ora pela resistência, até mesmo nas engrenagens mais íntimas daquela máquina de impor vontades, restava ainda uma réstia de consciência, de ética, de poder e de moral pública.

Poucos dias depois que a manipulação do índice da inflação, calculada pelo IBGE (e pela parte profissional desse organismo público, na sede do Rio de Janeiro, revelada, em *off*, quando procurada para confirmar a história que tínhamos em mãos), um dos mais destacados integrantes da "seção de economia" do *Estadão* sentou à mesa da produção do jornal, aproximou-se de Raul Bastos, chefe da área, e deu-lhe o recado transmitido de Brasília:

— Já acertamos as contas com dono de jornal, com editor, com colunista, com repórter. Agora é a vez do pauteiro.

O poder federal descobrira que a verdade também podia nascer de uma pauta.

Delfim, sem querer, fez o maior elogio que um pauteiro da imprensa brasileira havia recebido até então. Até hoje, quem sabe.

Transamazônica custou 12 bilhões de dólares!!!

A maior obra pública da história da Amazônia não é a hidrelétrica de Tucuruí, mas a Transamazônica. Ao menos na contabilidade do deputado federal Delfim Netto. Em entrevista à revista *Istoé Dinheiro*, ele afirma que a estrada custou nada menos do que 12 bilhões de dólares, ou aproximadamente 35 bilhões de reais (quase três vezes o orçamento da usina de Belo Monte). O cálculo considera uma extensão de cinco mil quilômetros construídos, embora o ex-ministro admita que a obra "resultou num enorme fracasso e nunca ficou pronta".

A decisão de construir a rodovia, relata Delfim, "aconteceu numa viagem de avião. Eu e o presidente Médici estávamos voando de Manaus para Recife. Àquela altura havia uma seca brutal no Nordeste. Médici viu a mata de cima, virou-se para mim e disse: 'Temos de fazer alguma coisa. Quero abrir uma estrada para aliviar as pressões sociais'" (grifado pela revista).

O atual deputado federal paulista diz que agiu imediatamente: "Sem consultar ninguém, nem mesmo os governadores da região, cortou metade dos subsídios dados à Sudene e à Sudam", escreve o autor da entrevista (a principal fonte de recursos foi um corte de 30% nos recursos dos incentivos fiscais para a Amazônia e o Nordeste, algo equivalente, hoje, a mais de um bilhão de reais ao ano).

Delfim acrescenta que na definição da obra prevaleceu novamente a vontade dos generais sobre a questão técnica. E reconhece que "o projeto grandioso foi iniciado sem que estudos sobre seu impacto na região fossem realizados". Literalmente um tiro no escuro (e, talvez, no pé).

Palavras do então todo-poderoso ministro: "Ninguém sabia as conseqüências da ocupação. A fórmula se mostrou absolutamente inconveniente. Ninguém investigou cientificamente o que se podia fazer lá". Mas, como observar o entrevistador, o Delfim de hoje lava as mãos: "Eu cumpri a minha obrigação, arrumei o dinheiro". Ou seja: Delfim tirou de sua cartola de mágica nada menos que US\$ 12 bilhões.

Afirmativas tão graves mereceram três parágrafos em um subtítulo da matéria, de oito páginas, que foi para a capa da revista. Sugiros ao Ministério Público Federal instaurar um inquérito administrativo e imediatamente convocar o parlamentar para que ele esclareça como a Transamazônica pôde custar US\$ 12 bilhões.

No início da década de 70 uma das minhas mais demoradas investigações foi dedicada ao custo da estrada, apresentada pela propaganda do regime militar como a única obra em andamento na Terra equiparável à conquista da Lua, o mais notável empreen-

dimento do engenho humano naquele momento. Do espaço, os astronautas observariam apenas duas realizações terráqueas: a Transamazônica e a muralha da China. Raciocínio típico daqueles anos de chumbo.

Depois de meses, cheguei a um número bem apurado. Escrevi o texto e o apresentei ao dono de *O Estado de S. Paulo*, Júlio Mesquita Neto, que vinha me incentivando a tratar do assunto. O "doutor Júlio" transformou o texto em editorial principal do jornal no dia seguinte. Não tenho condições, neste momento, de atualizar aqueles cálculos, não só pelo trabalho em si que a tarefa exigiria como por não ter à mão os dados da memória de cálculo. Espero poder fazer essa atualização algum dia. Mas certamente a soma atualizada daria incomparavelmente abaixo do valor revelado por Delfim Netto à revista paulista.

Mesmo os muitos inimigos e críticos do ex-ministro de três dos cinco generais que se tornaram presidentes da República no ciclo do regime militar (1964-85) não lhe negam as virtudes da inteligência e a maestria técnica (tanto que já é amigo de infância do politburo petista). Delfim não é um bobo. Pelo contrário: é um dos mais brilhantes economistas brasileiros de todos os tempos, embora essa armadura tenha sido envergada por um dos mais nefastos tecnocratas da nossa história, um Dr. Silvana elevado à supina malvadeza.

Sempre que penso em Delfim Netto me vem à mente a imagem e a biografia de Henry Kissinger. O que o alemão naturalizado, que também serviu a três governos em seu país adotivo, foi para os Estados Unidos, guarda muita semelhança com o que o destacado professor da USP representou para o Brasil. Uma análise comparativa seria de grande utilidade para os dois países reverem seu passado, purgarem suas culpas, corrigirem suas distorções e aproximarem o formal do real, a ética da política, a moral do saber, contribuindo dessa maneira para a evolução positiva da humanidade e não para a consagração de um *happy end* pervertido.

O doutor Kissinger, notável acadêmico de Harvard, autor de memórias tão monumentais (como construções de oca ossatura de concreto) quanto seus estudos históricos, de fins utilitaristas (como a Europa que recriou sob a proteção do espectro de Metternich), está sendo chamado a prestar contas de suas muitas culpas e nefandos procedimentos.

Orana Fallaci, em uma entrevista memorável, de 1972, atualizada anos depois (é minha fonte de revitalização nos momentos de desânimo), deu uma das primeiras botinadas em Kissinger (que se pretende conhecedor de futebol). Uma das últimas cobranças

foi apresentada por um cordial e amável súdito do império britânico (sempre ameaçado descambar para o *vaudeville*), que esteve entre nós na semana passada, falando-nos de Portugal e do Brasil pombalinos do século XVIII. Kenneth Maxwell publicou um pequeno mas penetrante ensaio, no último número de *Foreign Affairs* (de novembro/dezembro deste ano), a propósito dos novos documentos revelados dos arquivos secretos americanos sobre o golpe militar contra Salvador Allende, em 1973. Ali estão, indelévels, as marcas da participação peçonhenta de *herr* Kissinger, que ele tem procurado ocultar, mas que um número crescente de seus pares e oponentes se têm empenhado em revelar. O artigo de Maxwell deve ter atingido a alma de Mr. K.; se ele tem alma.

O Ministério Público Federal brasileiro, provido de poderes excepcionais pela Constituição de 1988, podia fazer-se merecedor dessa delegação (ultimamente exorbitada) convocando o nosso dr. K. a depor sobre o custo da Transamazônica e, assim, depurar essa obra artificialmente gigantesca da sua craca de ilicitudes e irregularidades que nela se incrustou. Talvez, a partir dessa primeira iniciativa, fosse possível ir adiante, no foro adequado, o da justiça, na revisão do alcance para o erário desses projetos de impacto, urdidos em gabinetes isolados, à margem da sociedade, pela vontade de uns poucos homens, dotados de poder absurdamente grande. Delfim Netto foi o mais representativo dos representantes dessa espécie.

Como os US\$ 12 bilhões que ele aponta se referem a cinco mil quilômetros de extensão, cada quilômetro construído na Transamazônica teria saído à razão de fantásticos sete milhões de dólares (quase uma Estação das Docas por km, para deságio do nosso fulgurante arquiteto Paulo Chaves).

Para se ter uma idéia, o asfaltamento de 963 quilômetros da Santarém-Cuiabá, a parte no território paraense que ainda está em revestimento primário, sairá por 760 milhões de reais. O que dá pouco menos de R\$ 800 mil por km, ou aproximadamente 300 mil dólares o km. Claro que, ao contrário da Transamazônica, a BR-163 já está implantada. Mesmo assim, asfalto é asfalto. O parâmetro de valor serve.

O mais grave é que a Transamazônica sobre a qual o tri-ministro (da Fazenda, Agricultura e Planejamento) pode dar testemunho tem aproximadamente metade dessa extensão. Na realidade, não no papel, que, como se depreende da pedagógica entrevista do doutor Delfim, tudo aceita.

O dinheiro que financiou as grandes obras de impacto do regime militar não saiu da insuficiente poupança nacional. Foi ob-

tido através de empréstimos internacionais. Tomados desmedidamente, às vezes com irresponsabilidade criminosa, esses financiamentos nos colocaram no topo dos países mais endividados do planeta, sócios poderosos, pelo inverso critério do endividamento, do FMI, enquanto uns poucos privilegiados enriqueceram como marajás. O "milagre econômico" dos anos 70, do qual Delfim foi o grande mago, produziu-se através da sangria financeira nacional, à base de taxas de juros extorsivos e condições contratuais leoninas. Leoninas

contra nós, é claro. Papel escritural em cima de papel escritural, com pouco papel-moeda. E muita drenagem clandestina.

Com a ascensão do general Ernesto Geisel, seu antípoda, Delfim Neto foi ser embaixador na França, um exílio dourado que lhe proporcionou "três anos deliciosos em Paris". Mas a Amazônia o acompanhou (ou vice-versa). Foi no consulado parisiense de Delfim que o Brasil assinou contrato com um *pool* de banqueiros, liderados pelos franceses, para financiar a construção da outra obra do século, a hidrelétrica de Tucuruí (que engoliu mais de US\$ 10 bilhões).

Além do rendimento financeiro excepcional (pelo peso do *spread* calculado sobre o risco Brasil) pago aos bancos, o Bra-

sil cedeu à França o privilégio de construir seis das 12 gigantescas turbinas de Tucuruí.

A outra metade seria construída por empresas brasileiras, embora pagando *royalties* a fabricantes gauleses.

O adido militar da embaixada, coronel Raimundo Saraiva, fez um relatório levantando suspeitas sobre a moralidade do negócio, ou pelo menos sua lesividade aos interesses nacionais. Mas suas palavras se perderam no descrédito de histórias sobre rivalidades interinas, jogo de interesses, insanidades e outras coisas mais que pipocaram

na imprensa, freqüentemente receptiva a balões de ensaios e outros objetos quetais, de origem sonogada ao distinto leitor. O tríduo do embaixador continuou delicioso, pelo que diz hoje. Mas convinha ao MP reavivar sua memória do período.

Mesmo porque há um outro monumental esqueleto mal acomodado no armário da desmemória macunaímica do país: o custo da usina de Tucuruí. Este jornal, solitariamente (sem ter essa intenção, nem ela lhe fazer gosto), tem insistido em que se leve a sério denúncia de um dos pró-homens da história brasileira recente, o engenheiro Eliezer Baptista. Depois de reiteradas matérias, todas escandalizadas, sem ser escandalosas, sobre as palavras do ex-mi-

nistro e ex-presidente da Companhia Vale do Rio Doce, de que não teria sido necessário subsidiar as duas grandes fábricas de alumínio do Grande Carajás (Albrás e Alumar), se não tivesse havido corrupção (da grossa: coisa de várias centenas de milhões de dólares) na construção da hidrelétrica, o saldo é zero. Houve um único pronunciamento na Câmara Federal, sem apartes ou desdobramentos.

O Tribunal de Contas da União, chamado a investigar, três anos depois de procedimentos desinteressadamente burocráticos, concluiu que o passado são águas roladas (e, nesse caso, o melhor é passar a mão no saca-saca-rolha e beber até o sol raiar, como recomenda a marcha carnavalesca?). Embora a viúva continue a responder presente na quitação do saldo remanescente do débito, que saiu das contas explícitas da Eletronorte para desvãos contábeis da *holding* e contas de chegada de compensações travestidas em siglas inacessíveis aos leigos.

A entrevista de Antônio Delfim Netto devia servir de lembrança aos homens públicos de que nosso regime é republicano, originado da *res publica*. A razão maior dos cidadãos exige que pelo menos um dos canais competentes na matéria digne-se a chamar (por convocação ou convite) o distinto cidadão a tornar mais claras suas palavras e a história a que serviu, ou da qual se serviu, para que os fantasmas sejam exorcizados, os esqueletos saiam dos armários e a sujeira perca a proteção do tapete persa que a oculta. A moral vigente não pode continuar. Moral segundo a qual o crime compensa.

Além do rendimento financeiro excepcional, o Brasil cedeu à França o privilégio de construir seis das 12 gigantescas turbinas de Tucuruí

Verdade maltratada

O Liberal teve muitos motivos para comemorar seus 57 anos de vida, completados no dia 15 com uma edição especial de 118 páginas, mais volumosa do que a do ano anterior, embora distante das que conseguia colocar nas ruas entre as décadas de 70 e 80. Mesmo tendo perdido leitores, ainda é o líder disparado do mercado e o principal formador de opinião na mídia impressa. Financeiramente em instabilidade, sobrevive às dissensões internas pelo poder familiar da matriarca, Déa Maiorana. Enfrenta grandes problemas, mas ainda está em condições de resolvê-los.

Esse desempenho não autoriza, porém, seu principal executivo, Romulo Maiorana Júnior, em permanente *stand-by* no expediente da publicação, a dizer que o jornal sempre cumpriu o dever "de jamais faltar com a verdade", inspiração para o editorial de primeira página ("Verdade!"), outra vez emoldurado por sua foto.

Em entrevista nas páginas internas da edição comemorativa,

Rominho reafirma: "Nós temos credibilidade, trabalhamos com seriedade e procuramos mostrar a verdade dos fatos". Com a autoridade de responsável por essa publicação, declara: "Antes do doutor Almir [*Gabriel*], nós tivemos duas ou três administrações desastrosas, inoperantes e que deixaram o Pará quebrado".

Naturalmente, o vice-presidente licenciado (e também presidente em exercício) das Organizações Romulo Maiorana está se referindo a Jader Barbalho, Hélio Gueiros e Carlos Santos, os antecessores imediatos de Almir. *O Liberal* foi mais ou menos equidistante da primeira campanha eleitoral de Jader ao governo do Estado. Combateu sua volta ao Palácio Lauro Sodré. Mas o apoiou, com ênfase crescente, a partir do primeiro anúncio oficial. O jornal subiu e desceu com Hélio Gueiros as escadarias do palácio do governo.

Por que só agora Romulo Júnior diz que as administrações passadas foram tão desastrosas que quase quebraram o Pará? Por

que não escreveu um editorial (ainda que debaixo de sua glamourosa fotografia) denunciando essa incúria na época, a tempo de mudar alguma coisa e não apenas lançar pedras num passado que evoluiu-se em mau odor com sua contribuição? Por que, depois de ter pedido aos eleitores para não elegerem Jader Barbalho de novo, acusando-o de ladrão, não explicou os motivos de apoiá-lo depois, quando começou a governar? Jader ter-se-ia convertido em estadista graças ao calor da cadeira de governador, na qual voltou a sentar, ou por ter acabado se submetendo a comparecer ao caixa da empresa com as peças de publicidade do Estado? Nenhuma palavra foi dita. O leitor não mereceu uma explicação-zinha sobre a súbita e radical mudança de postura editorial do jornal sobre o detentor da chave que abre os cofres públicos.

Da mesma maneira, personalidades públicas têm seus nomes vetados no noticiário do jornal por serem desafetos da empresa e a cobertura é incrementada ou

desaparece conforme o movimento do caixa em relação aos visados. Foi assim, sucessivamente, com a Rede Celpa, o Banco da Amazônia e a Companhia Vale do Rio Doce. Os dois primeiros, como de regra, se curvaram e agora são novamente parceiros das ORM. A CVRD, que topou a medição de forças, é malhada a ferro frio (a frieza correndo por conta das pautas das matérias contra a empresa, com a temperatura de anacrônicos cadáveres produzidos pela modorra redacional).

Se está acima de contestação o domínio do mercado pelo jornal, o estado de completa desinformação e a espantosa insensibilidade da opinião pública diante dos temas mais importantes da agenda do Estado, essas são as principais conseqüências do papel exercido por *O Liberal* na sociedade paraense. Se cabe a César o que lhe é devido, o nosso pequeno César no tucupi não tem o direito de requerer para si esse bem em relação ao qual lhe falta a intimidade no trato: a verdade.

Niomar: primeira dama da imprensa brasileira

De 1946, quando casou com Paulo Bittencourt, a 1963, quando o marido morreu, Niomar Moniz Sodré Bittencourt foi uma mulher poderosa sem precisar fazer nada. O poder lhe era conferido por extensão pelo *Correio da Manhã*, o mais poderoso jornal do país. Seu sogro, Edmundo Bittencourt, havia colocado o primeiro exemplar do jornal nas ruas em 1901. Consolidou sua influência permitindo-se criar uma instituição que o comercialismo dos nossos dias tornou peça de museu: o jornal do dono.

O *Correio* se permitia, entre os escorregões comuns na grande imprensa, ter princípios. E exercê-los. Ainda que pela bitola da cabeça do dono, este, presumindo-se legitimado por sua preocupação em pensar além do próprio nariz ou da pança (dos músculos, dir-se-ia hoje, se os sarados executivos de algumas empresas jornalísticas atuais costumassem se dedicar a essa atividade estranha: pensar).

Dizia-se que a mudança de redator-chefe no jornal tinha mais repercussão do que qualquer alteração nos ministérios. O *Correio* fazia suas jogadas comerciais e tinha suas parcialidades (a mais famosa delas foi ter colocado no índice o escritor Lima Barreto, que satirizou o jornal nas muito memoráveis *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, de 1909), mas defendia causas e profligava idéias. Por isso era tão temido.

Herdeira de Paulo Bittencourt, dona Niomar viu-se na pele de Katherine Graham, a célebre amazona do *Washington Post*. A associação é imediata e, em certa medida, superficial. Não conheci Mrs. Graham, mas troquei meia dúzia de palavras com dona Niomar. Ela partilhava a teimosia e a coragem dos Bittencourt (mais do sogro do que do marido), fazendo-se merecedora de respeito e reverência pelas atitudes que tomou depois do golpe militar de 1964. Os que a cassaram e prenderam arbitrariamente tiveram que soltá-la. Mantê-la atrás das grades lhes acarretaria um enorme desgaste, dada a valentia de Niomar, baiana de têmpera.

Mas ela tinha plena consciência do que estava fazendo quando corrigiu os rumos do jornal, francamente favorável à deposição do presidente João Goulart nos "idos de mar-

ço", e diametralmente contrário à ditadura institucionalizada (e devidamente constituída por Francisco Campos, o Chico Ciênciã) do marechal Castelo Branco?

Nenhum dono de jornal deve achar que seu poderoso instrumento de ação pode acabar. Nenhum poderoso, aliás, acha que seu cutelo está sujeito a evaporar (embora Karl Marx tenha alertado: tudo que é sólido desmancha no ar). Houve um momento em que, sem perder a dignidade, o *Correio da Manhã* podia ter sido preservado do massacre que lhe moveu o herói de Mecejana e seu ministro da Guerra, o também marechal Costa e Silva. Ao invés de mover-se com sagacidade e cautela, porém, o jornal desafiou abertamente os centuriões da Escola Superior de Guerra, talvez julgando-se eterno. Foi um erro quase infantil porque esquerdista.

O outro erro, fatal, dona Niomar cometeu quando preferiu arrendar o jornal, sufocado pela perseguição governamental, não à *Folha de S. Paulo*, que era do ramo, interessada em salvar o título do jornal, mas a um grupo de espertos empreiteiros cariocas, empenhados em viabilizar a candidatura do coronel Mário Andreazza, ministro dos transportes, à sucessão do general Garrastazu Médici. A patente inferior tirou o simpático Andreazza da disputa e os empreiteiros, que formavam sua guarda pretoriana, não titubearam um segundo em jogar no lixo a empresa recebida. O *Correio da Manhã* morreu de inanição, em 1974. Hoje é um prédio em ruínas na rua Gomes Freire, na Lapa. E como dói.

Dona Niomar seguiu-se-lhe, quase 30 anos depois, neste mês, aos 87 anos, depois de ter sido minada por sucessivos infortúnios e por uma doença implacável. Sua morte parece arrematar, num único ano, o acerto de contas do tempo com um momento da história do jornalismo brasileiro e, particularmente, do carioca. Primeiro foi Manuel Francisco do Nascimento Brito, o marido da condessa Pereira Carneiro, que fez o *Jornal do Brasil* passar à frente do *Correio* e dos demais concorrentes da mídia impressa no Rio. Depois, Roberto Marinho, que deslocou a todos ao perceber que o poder mais efetivo, o do dinheiro, se transferia do jornal para a

televisão, usando-a como base de um império de comunicação em relação ao qual apenas os Diários e Emissoras Associados, de Assis Chateaubriand, guarda alguma comparação. E, antes de 2003 terminar, findou-se dona Niomar.

Na lápide desse "jornalismo do dono" talvez se deva colocar duas inscrições que lhe deram fim: a transferência da capital federal, do Rio de Janeiro para Brasília, e o fim de um modelo de desenvolvimento baseado no populismo e na democracia parlamentar. Mesmo quem entrou nessa história já quando as luzes começavam a ser apagadas jamais esquecerá o que foi a redação de um desses grandes jornais cariocas (havia ainda o *Diário Carioca*, o *Diário de Notícias*, o *Jornal*, a *Tribuna da Imprensa* e outros mais). Elas atraíam e fixavam o melhor do talento nacional, como luzes para pirilampos de todo o país. Pessoas brilhantes, de verve, criativas, capazes de criar personagens para si mesmas. Peças de um museu que se estratifica e mumifica.

As redações não eram ilhas nesse Rio encantador. Lá fora também exsudava a energia de um povo que queria crescer, sem que esse crescimento pudesse ser reduzido a uns tantos indicadores quantitativos. O combustível dessa vitalidade era a democracia, a confiança dos cidadãos em que, a despeito de vícios e desvios, a cada ano o balanço desse fazer, em meio a inevitáveis contradições e conflitos, era positivo.

Havia vibração no ar, captada pelos jornais, que transpiravam controvérsia, polêmica, paixão, amor e ódio, decência e miséria – vida, enfim. Suas principais páginas eram dedicadas àqueles temas sobre cuja definição pendem as verdadeiras decisões: as movimentações políticas, epicentro da vontade coletiva. Hoje, a pauta reduziu-se ao mínimo eu, ao umbigo do leitor, ao seu exclusivismo e narcisismo, ao acessório e superficial.

Não é por acaso que estão morrendo não apenas os dinossauros daquela época, mas o mundo contemporâneo da imprensa se corrói no cotidiano, fazendo os novos barões das letras irem buscar a razão de sua existência nos cofres de um banco estatal e não nas ruas, onde está a razão de ser da imprensa: o público.

Olho vivo

O novo superintendente da Polícia Federal está há 27 anos – dos seus 51 anos de vida – na instituição. Nela, fez toda a sua carreira, de agente a superintendente. Quando era o segundo de Geraldo Araújo na PF do Pará, José Ferreira Sales assumiu a su-

perintendência do Amazonas, no ano passado. De volta a Belém, assumiu, no início do mês, um cargo que naturalmente lhe estava destinado.

A agenda de serviço, apresentada pelo próprio Sales, mostra que, sob sua jurisdição, ele

encontra um mundo diferente, no qual a PF precisa combater crimes como a biopirataria, o trabalho escravo, o tráfico de seres humanos, a violação dos direitos dos índios, a extração clandestina de madeira e a grilagem de terras.

Isto não era Amazônia, mas isto, agora, é Amazônia. Espera-se que a Polícia Federal consiga cumprir sua missão ajudando a expurgar do corpo amazônico os enxertos da sua colonização, sem perder de vista as circunstâncias do seu ofício.

Índios

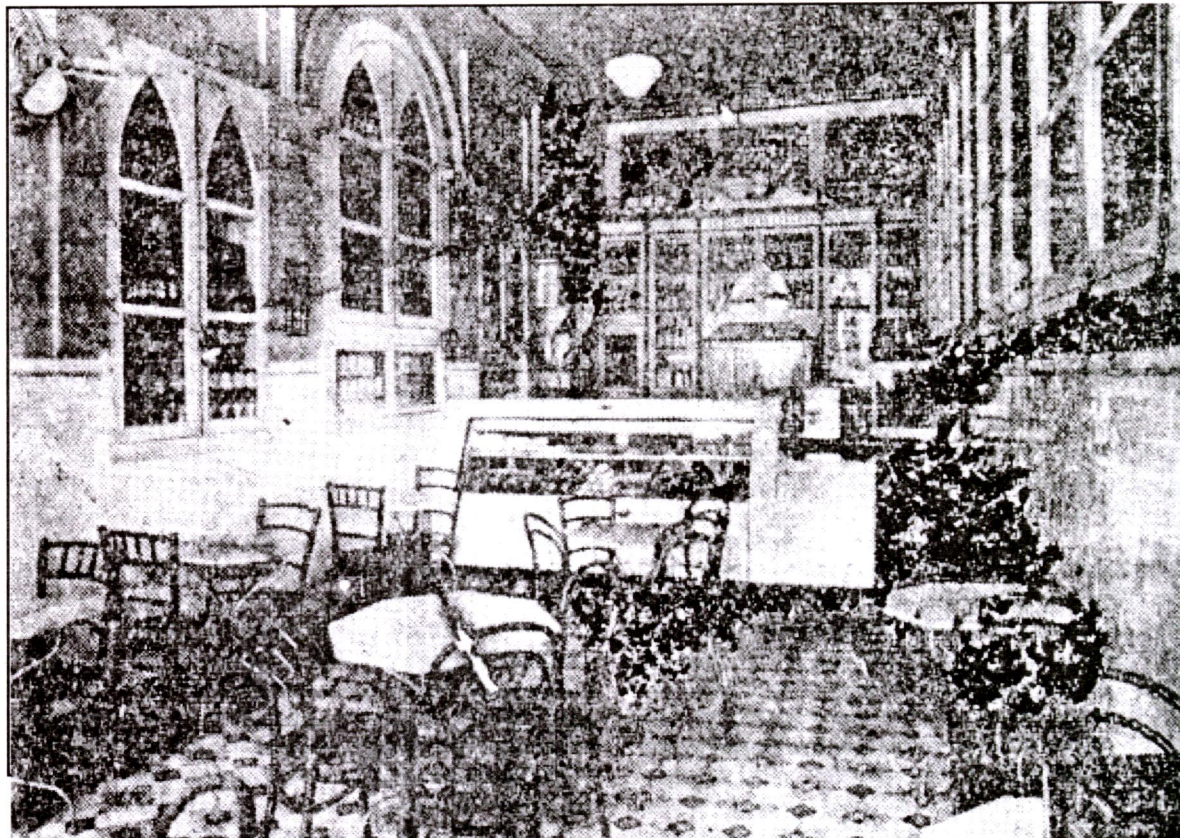
O piloto da “Cruzeiro do Sul” que fazia o voo de Marabá a Belém, no dia 24 de janeiro de 1953, pouco depois de decolar decidiu sobrevoar a aldeia dos índios Gaviões, que na época ainda viviam isolados e atacavam os que penetravam em suas terras. O comandante fez três passagens rasantes sobre a aldeia, recebendo como resposta centenas de flechas. Nenhuma atingiu o aparelho (provavelmente um DC-3 ou um Curtiss Comander, com dois motores), mas alguns Gaviões chegaram a subir em árvores para que suas flechas chegassem mais alto. Sem outros incidentes além da provocação, o avião seguiu seu rumo, levando seus passageiros, dentre eles o prefeito de Araguaatins, em Goiás, Atanásio Seixas.

Viagem

Impossibilitado de fazer o aviso pessoalmente, Wilson de Alencar Aragão, como era de praxe na época, publicou anúncio na imprensa, em 1953, para se despedir de seus parentes, amigos e colegas. Ele e sua família iam ter que viajar “para o Sul do País, pelo vapor ‘Itambé’”. O Sul era longe.

Menor

A escala aprovada pelo desembargador Edgard Machado de Mendonça para o mês de maio de 1963 designava “fiscais de menores” para os 17 cinemas que Belém então possuía: Olímpia, Palácio, Ópera, Nazaré, Iracema, Moderno, Independência, Guarani, Paramazon, Cine Art, Vitória, Paraíso, Brasilândia, Marambaia, Pérola, Tamoios e Guajará. Também seriam atendidos o clube Onze Bandeirinhas, a zona do meretrício, as festas boêmias, gafeiras “e demais locais impróprios”, aos cuidados de uma turma volan-



FOTOGRAFIA

O Barbinha

O Bar Barbinha não faltava à verdade, neste anúncio do início de 1948, ao se declarar o “ponto preferido pela elite paraense”. Não só por suas qualidades de asseio e higiene, como ressalta na peça publicitária, mas pela eficiência no serviço de bebidas e tira-gostos. E pela sua estratégica localização, na Campos Sales, entre XV de Novembro e Castilhos França, local de passagem de políticos, advogados, escritores, bancários, jornalistas e uma legião de profissionais que fazia sua base operacional no centro velho da cidade. Ninguém entrava no Barbinha apenas para comer e beber, nem principalmente para isso. Mas para se informar, ficar “por dentro”, e se exibir naquele autêntico parlatório, sítio da cultura pública. Quem nunca entrou, por falta de oportunidade ou idade, pode agora, na imaginação, sentar na sua cadeira de madeira, diante de uma mesa com tampo de mármore, num espaço pequeno, como convém a quem gosta de beber, falar e, às vezes, ouvir. Saúde!

te, além das “incertas” sem previsão certa. Para cada local, duplas. Um fiscal para os dias pares e outro para os dias ímpares.

Entre os fiscais estavam Said Salim Haber, Carlos Alberto Lauzid, Biaggio Panzutti, Basílio Giordano, Jorge Abraão Jatene, Washington Costa, Manoel Genu, Thomas Morrissey, Abib Jamil Jatene, Daniel Cohen e Orvilio Fidanza Dutra.

O superintendente da turma volante era Jair Albano Loureiro. Rudá Frade Palmeira, Ártemis Leite da Sil-

va e João Coelho de Oliveira eram os comissários.

Livro

Em maio de 1963 o jornalista Raimundo Holanda voltou a Belém com a missão de instalar a sucursal do jornal “Hora de Brasília”, do qual havia sido superintendente na capital federal (além de redator do “Correio Braziliense”). Na bagagem trouxe um romance de 200 páginas, “Chibé”, que garantiu numa entrevista haver escrito em apenas três dias, num final de sema-

na, baseado na vida rural da zona bragantina. O livro seria lançado logo em seguida.

Contrabando

Algumas das mercadorias contrabandeadas que foram apreendidas e levadas a leilão pela Alfândega de Belém em julho de 1965: 48 vidros médios do perfume inglês Bond Street; cortes de fustão, com aplicações bordadas em linha de seda; cortes de tecido esponja, filigranado a fios de metal, lisos e estampados; cortes de linho com aplica-

ções bordadas em linha de seda; aparelho automático para distribuidor de automóvel; retalho de "Dacron" para calça; porta-brocas para aparelho manual ou elétrico; válvulas e condensadores para rádio-receptor; canecas plásticas; 410 garrafas de uísque marca Ambassador de Luxe, de ¾ de litro.

Somente importadores registrados na aduana e as "firmas estabelecidas com o comércio para o produto submetido a leilão" podiam arrematar as mercadorias.

Mercado

A prefeitura anunciava, em 1965, que havia recuperado todos os mercados públicos de Belém. Mas a "Folha do Norte" registrava que o mercado do Reduto "encontra-se no mais completo aban-

dono, funcionando em precaríssimas condições". Esse mercado se localizava na atual Doca de Souza Franca, onde está hoje o ginásio Altino Pimenta, da PMB. Depois do apogeu, estava vivendo então a decadência.

Festa

A associação Atlética Banco do Brasil desafiava qualquer supersticioso a participar da grande festa que promoveria na sexta-feira, 13 de agosto (de 1965), com a qual estaria "reabrindo suas atividades sociais". A atração era o cantor Jerry Adriani, que teria o acompanhamento da orquestra de Alberto Mota. As poucas mesas que ainda restavam podiam ser reservadas pelos telefones 17-23 e 12-24, ou com Walter Monteiro, na agência do banco.

PROPAGANDA

Remédio paraense

O médico Agostinho Monteiro foi também criador de gado no Marajó e político, sendo vice-governador de Jarbas Passarinho em 1964 e ocupando o governo em substituição ao titular (com o qual acabaria se desentendendo). Este anúncio exibe outra face do médico, que também foi dirigente dos Diários Associados no Pará: o criador de remédio. Era sua a fórmula do Tônico das Parturientes, "reconstituente estomacal de sabor agradável". As novas mães deviam tomar um cálice antes de cada refeição. O produto não mais existe.



TONICO DAS PARTURIENTES

Reconstituente estomacal de sabor agradável

Modo de usar:
1 cálice antes de cada refeição.

À venda em todas FARMÁCIAS E DROGARIAS

fórmula do DR. AGOSTINHO MONTEIRO

Retrato

Embora a revista *Istoé Dinheiro* diga que Delfim Netto está sendo alvo de uma campanha, todas as críticas a que se refere estão no livro *A ditadura derrota*, o terceiro lançado da série de cinco escritos pelo jornalista Élio Gaspari sobre o ciclo dos generais na ditadura de 1964 a 1985. O trabalho é monumental e deslumbrante, talvez o mais importante livro que um jornalista já escreveu no Brasil. Espero escrever sobre a obra quando ela estiver concluída.

Não há melhor jornalista em atividade do que Gaspari. Seu trabalho, evidentemente, não é perfeito. Por enquanto, minhas restrições concentram-se nas partes em que ajustes de contas do autor combinam com as intenções dos três personagens que lhe passaram o melhor da documentação por ele utilizada: os generais Ernesto Geisel ("o sacerdote") e Golbery do Couto e Silva ("o feiticeiro"), e o ex-capitão Heitor Aquino Ferreira, auxiliar de ambos.

Geisel e Golbery devem ter condicionado a entrega das preciosidades repassadas a Gaspari ao compromisso de só serem divulgadas após suas mortes. Graças a isso, falam o que querem sem ouvir o que não querem, colocando o possível abacaxi da reação dos descontentes sob os costados do jornalista. O ônus de algum bate-boca pesará apenas sobre Aquino ("o aprendiz"?), mas o que se poderá falar dele?

Seis das 538 páginas de *A ditadura derrocada* são dedicadas ao perfil de Delfim Netto, o ministro que mais poderes concentrou na história brasileira. Merecem ir para uma antologia dos textos mais venenosos que um ser humano pode produzir. Primor de malícia, ironia, sarcasmo e *vendetta*. Um italiano mercurial acertando as contas com outro carcamano.

Este retrato de Delfim por Gaspari é r a s c a n t e como o traço de Loredano e o obturador de Ana Paula:

"O *Gordo* era antes de tudo truncado. O tórax de cantor de ópera espetado em pernas curtas dava-lhe uma aparência obesa mesmo quando conseguia derrubar vinte dos 105 quilos que carregava em 1,60 m de chassis".

As palavras que Gaspari encontrou para definir aquela difícil transição em que Delfim se encontrava quando chegava ao fim o governo Médici, que lhe dera tanto poder, e o governo Geisel estava para começar, prometendo puxar o tapete do super-ministro, são perfeitas:

"Numa daquelas situações que só as ditaduras produzem, durante dois anos existiram dois Delfins. Um parecia carro de préstito, festejado e glorioso. O outro, carreta de condenado".

Para que o veneno de Gaspara surta efeito falta apenas *O Gordo* cair da banca e responder. Aí o picadeiro ficará definitivamente animado. Como convém.

Altura

Delfim Netto diz, na sua entrevista, que a Transamazônica foi concebida, por Médici e ele, na viagem de Manaus a Recife. A altura deve ter feito mal a alguém. Até aqui era voz corrente que o parto ocorreu entre Recife e Brasília. O presidente ficou chocado com o quadro da seca nordestina de 1970, apresentado durante a reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, e exigiu um dos "projetos de impacto", característico do regime militar, para apresentar na capital federal como resposta ao drama social mais antigo do país.

A montanha gerou um rato, ainda que de ouro, a julgar-se pelos 12 bilhões de dólares de custo da estrada, no cálculo do então ministro.

Maurício

A comemoração do golpe militar de 1964 nunca chegou à Travessa Ruy Barbosa, entre Nazaré e Braz de Aguiar, num dos lugares onde Belém é mais agradável. Para azar dos generais, o aniversário de Maurício Queima Coelho de Souza também era em 31 de março. Desde dias antes seus privilegiados amigos já começavam a receber telefonemas de convocação, do aniversariante em pessoa, animado como criança, ou de sua fiel escudeira, a filha, Maria Alice.

– Não vai faltar, hein? Nem inventa desculpa – ia logo advertindo.

Responder ao chamado já era oportunidade para exercitar o que mais se praticaria nos convescotes: o prazer de pensar, falar livremente, abusar da inventividade, não respeitar pompas e circunstâncias. Enquanto os generais liam monocórdios discursos de exaltação aos seus feitos, na casa do doutor Maurício nos deleitávamos com a gandaia, pedagógica, porém, nos seus propósitos: favorecer o espírito dos que têm humor, tolerância e criatividade – o sal da vida, pois.

Quem, dentre os convidados que acorriam à festa, não acumulou dívidas junto a Maurício pela oportunidade de desfrutar de sua celebração da informalidade, do contato direto entre pessoas espirituosas? Ele não era o doutor, mas uma espécie de coringa, animando as tertúlias com o toque de descontração do seu circo cultural, aberto a todos os tipos de números, plenamente acolhedor da diversidade humana, no qual era proibido levar-se muito a sério.

Há algum tempo deixou de haver a chamada e nas festas que se faziam, a instâncias de Maria Alice e dona Arlete, Maurício já não podia assumir o comando. A doença insidiosa foi arrastando-o para outra dimensão e afinal, no início do mês, o levou, aos 84 anos. Garanto que no próximo 31 de março a festa lá

em cima vai ser do arromba. Quem tiver que acompanhar Maurício vai encontrá-lo à porta do desconhecido para receber os amigos, que jamais o esquecerão.

Arte

Não escrevi, aqui, que o salão Arte Pará é uma droga e deve acabar. Muito pelo contrário: disse que já é um acontecimento indispensável do calendário de eventos culturais do Estado e, por isso, deve prosseguir. Mas reformulado. Minhas críticas foram dirigidas especificamente contra a mostra competitiva, que achei de nível muito baixo. Daí a sugestão de uma pausa no próximo ano na competição. No lugar dela, uma mostra temática, como as deste ano, de alto nível (“o modernismo como inspiração e diálogo” e “entre a figura e a abstração”), com um corte vertical em tudo que foi feito de bom no Pará (por paraenses e aderentes) ao longo do século.

Um registro final: o catálogo do salão, com padrão nacional de qualidade. Válido para ser guardado.

História

A cena já se repetiu algumas vezes. Sou parado por pessoas que elogiam meus escritos. Indago sobre o motivo do elogio. Silêncio. Frequentemente fala-se muito do que sabe-se pouco, ou nada. Inevitável repetir vacuidades.

Só assim se justifica o impacto causado por declarações de Isabel Mendonça, historiadora da arte portuguesa. Uma das principais conferencistas do seminário internacional sobre Landi, ela repetiu o que já escreveu várias vezes: não são do arquiteto italiano os projetos de certas igrejas que lhe são atribuídas, como as da Sé, das Mercês e do Carmo. A afirmativa pode ser conferida no álbum *A Amazônia Felsínea* e em outros livros. Mas poucos os lêem.

Esclarecimento

Atendendo à curiosidade dos que, como alguns que me procuraram, podem ter se interessado em saber a quem me referi como ausente do seminário sobre Landi, esclareço que não entendi a exclusão da arquiteta Jussara da Silveira Derenji. No dia mesmo da abertura do seminário Jussara lançou um romance que trata dos dois temas do encontro: Landi e o século XVIII na Amazônia. *Relato do crepúsculo*, que se lê com prazer e proveito, é seu primeiro livro de ficção. Mas ela já tem uma obra sobre temas ligados à história, à arquitetura, ao urbanismo e à sociologia de Belém, que não pode ser ignorada. Por que, então, a ignoraram? Fica a pergunta a quem de direito.

Da mesma maneira é falsa a acusação de que a historiografia paraense ignora o episódio da matança no Brigue Palhaço. O *Diário do Pará* até publicou a relação completa das vítimas como se o estivesse fazendo pela primeira vez na história. Não é verdade. Bem ou mal, nossa historiografia documentou esse capítulo nefando, acho que mais bem do que mal. Merece apoio e elogios a iniciativa de dedicar um monumento à memória dos massacrados e dar ênfase a esse passado, já um tanto perdido nas brumas da memória. Mas esse é um revisionismo sem sentido. Não vamos maltratar nossa produção histórica mais do que já foi.

Fecho

Todos devem ter tirado o maior dos proveitos do seminário “Landi e o século XVIII na Amazônia”, uma realização positiva e louvável que se realizou na semana passada. Só não entendi a razão de enfiar temas dos séculos XIX e XX no último dia do encontro, se o título do seminário era bem claro e restritivo. Nem porque o organizador, o arquiteto Flávio Nassar, se outorgou o privilégio de encerrar a programação com sua conferência “Para o júbilo da República Literária”. Sem diminuir seus muitos

méritos e qualidades, não sendo ele especialista nem autoridade reconhecida em Landi ou no século XVIII, o fecho da semana não foi, como podia ter sido, com chave de ouro.

Literatura

Numa crítica em *O Liberal*, Paulo Nunes elogia as virtudes de lutador de Salomão Larêdo, responsáveis por sua já vasta obra, que, em seu último espasmo criativo, resultou em 12 – digamos assim – livros de uma só vez, façanha (digna de um Hércules, conforme autodefinição) absolutamente sem paralelo na literatura mundial. Paulo diz que os livros de Larêdo são bonitos graficamente, têm invejáveis ilustrações e apreciável impressão. O problema é o conteúdo.

Recorrendo a uma metáfora um tanto *luliana*, Paulo acha que Salomão poderia deixar “fermentar mais o seu texto”. É uma sábia recomendação, que o autor deve levar em consideração: “a linguagem (re)colhida nas ruas poderia aguardar um pouco mais na gaveta, antes de se transformar em literatura”.

Talvez a fermentação e a gaveta possam fazer o que o elegante e atencioso Salomão Larêdo ainda não conseguiu: colocar bom enchimento nas belas embalagens que seus livros têm sido.